

Encontro debate a educação da criança indígena

“Quando um menino indígena é educado no idioma que não o materno, quando é desprezada a possibilidade dele ampliar e estabelecer uma forma de conhecimento do mundo a partir da sua origem, esse menino está sendo violentado no seu princípio mais fundamental, como ser humano, da sua afirmação como pessoa humana. Quando se toma a língua emprestada do outro, e quando se passa a pensar com a cabeça do outro, se deixa de ser a própria pessoa.”

Essa é a palavra de Ailton Krenak, coordenador nacional da União das Nações Indígenas (UNI), em depoimento na Subcomissão de Educação da Constituinte, e foi também com preocupações dessa ordem que o Núcleo de Educação Indígena (NEI) do Museu do Índio do Rio de Janeiro e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), da Fundação Pró-Memória, promoverem, de 19 a 23 de outubro passado, no Rio de Janeiro, o Encontro Nacional de Educação Indígena.

O Encontro conseguiu, pela primeira vez, reunir praticamente todas as entidades e instituições nacionais preocupadas com a questão. Estava presentes representantes dos Terena, Guarani, Makuxi, Wapixana e Karajá; programadores educacionais da Funai; representantes do setor de Educação do Ministério da Cultura, do Cimi, da Operação Anchieta, da Associação Brasileira de Antropologia, Associação Nacional de Apoio ao Índio-RS, UNI, Museu Goeldi e universidades, entre outros.

OBJETIVO

No Brasil, hoje, são 170 grupos tribais que se expressam numa língua única e que elaboram, dentro do seu idioma, um universo de significação para explicar a existência do mundo e a sua própria.

Tendo em mente essa informação, o objetivo do Encontro era discutir e elaborar diretrizes gerais para uma política de educação indígena, bem como linhas de atuação educativa nas escolas indígenas em áreas brasileiras, mediante a necessidade da escola dentro da situação de contato.

No auditório do Museu do Índio-RJ, abrindo o Encontro, Ailton Krenak deu o tom político: “A educação indígena tornou-se instrumento de controle ideológico do Estado. Transformaram nosso povo num bando de papagaios, através de uma educação que leva à perda da identidade tribal”. Disse ainda que muitas coisas feitas em nome da educação não passam de la-

vagem cerebral, alertando que é com elas que se deve tomar cuidado.

Seguindo-se a isso, foram constituídos grupos de trabalho para discussão de questões pertinentes à problemática da educação indígena, com os temas: educação bilingüe, material didático, recursos humanos, currículo escolar e questão indígena na sala de aula não-indígena.

ENCAMINHAMENTOS

O Encontro encaminhou, às autoridades educacionais, solici-

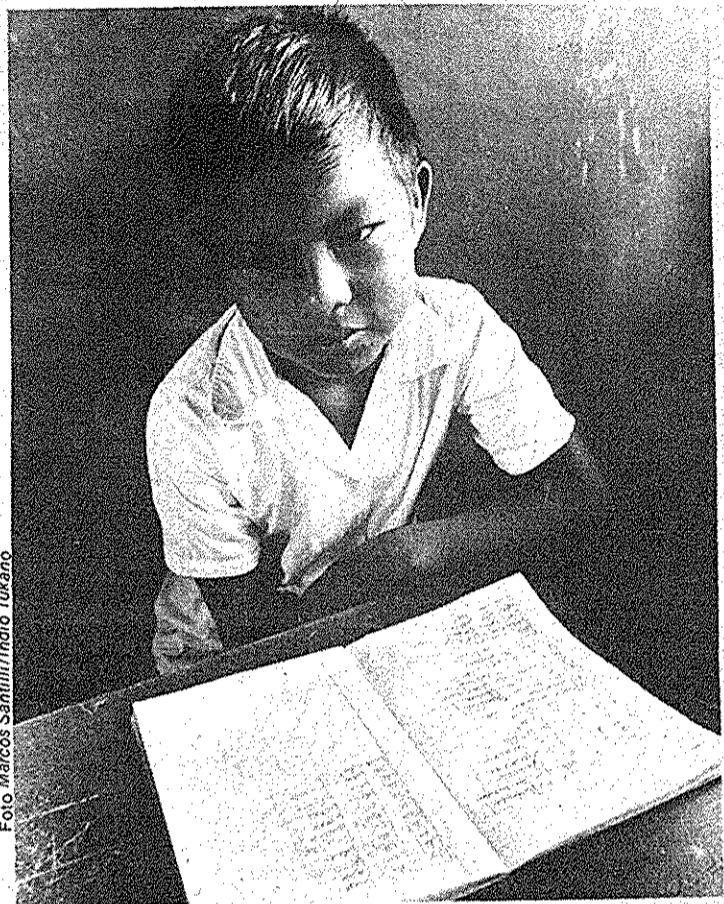


Foto Marcos Santilli/Índio Tukano



Maurilio Barcelos



tação para que, urgentemente, sejam criados no Ministério da Educação e no Ministério da Cultura organismos próprios de educação indígena. Estes seriam responsáveis por executar, acompanhar e avaliar a implementação de uma política de educação indígena nova e qualitativamente diferente, formulada com a participação dos povos indígenas e dos educadores e instituições nacionais realmente comprometidas com o destino desses povos.

Decidiu-se ainda que se pediria à Associação Brasileira de Linguística (Abralín) e à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que se pronunciassem publicamente sobre o texto intitulado “150% de desenvolvimento: em duas culturas, em comunicação oral e escrita e em dois hemisférios do cérebro”, de autoria de Haroldo Popovich, missionário linguista do Summer Institute of Linguistics,

apresentado aos alunos do recente Encontro de Educação Bilingüe-Psicocultural Indígena, promovido em Brasília por aquela instituição.

O Encontro se manifestou através de moções de repúdio, sobre algumas atitudes governamentais contra as populações indígenas, como os recentes decretos referentes às demarcações de terras indígenas, que transformam essas terras em colônias agrícolas, com base em critérios da divisão artificial dos índios em aculturados e não-aculturados.

Faz parte das moções de repúdio o fechamento das comportas de Balbina e a implementação irresponsável dos planos constantes no Projeto 2.010 da Eletrobrás, que representam ameaça ao patrimônio ecológico mundial que é a Amazônia, território imemorial de 60% dos povos indígenas do Brasil.

Os participantes se pronunciaram contra a campanha difa-

matória “promovida pelas companhias mineradoras nacionais e multinacionais” e veiculada pelo jornal O Estado de S. Paulo contra o Cimi, visando obstruir o prosseguimento dos trabalhos em defesa dos povos indígenas na Constituinte.

Foram repudiados, ainda, quaisquer contratos ou convênios institucionais com missões religiosas proselitistas, cujos representantes mais ativos no Brasil, segundo a moção, são o Summer Institute of Linguistics, a New Tribes Mission of Brazil (NTB) e a Unevangelized Fields Mission (Meva), notórios instrumentos de desestruturação da identidade étnica e cultural dos povos indígenas, sobretudo através de uma pretensa ação educacional.

A ação das mineradoras nacionais e multinacionais, madeireiras e garimpos em áreas indígenas, na Amazônia Legal, bem como iniciativas que resultem na transformação dos territórios indígenas em locais de experiências e detritos radiativos, também foram repudiados.

Tiveram moção de apoio do Encontro o Movimento de Apoio e Resistência Waimiri-Atroari (Marewa), a Comissão pela Criação do Parque Yanomani (CCPY) e a União das Nações Indígenas (UNI), pelo papel de relevância que vêm desempenhando junto às populações indígenas, de modo a organizá-las e fortalecê-las em âmbito nacional. Foi ressaltado, ainda, o trabalho dos Núcleos de Educação Indígena (NEI), que vêm se organizando em várias regiões do País, bem como às iniciativas de formação de nova mentalidade em relação aos povos indígenas, através de atividades educacionais junto às populações não-indígenas. Tais núcleos e iniciativas congregam os esforços de educadores de várias instituições comprometidas com o futuro dos povos indígenas.